

Friedrich Max Müller como tradutor em contexto colonizador

Matheus Vargas de Souza*

Friedrich Max Müller foi um dos acadêmicos mais prolíficos e prestigiados do século XIX, chegando a fazer parte do conselho privado da rainha Vitória ao final de sua vida. Atuou em diversas frentes, dedicando-se ao estudo da Literatura, da História, da Filosofia e foi um dos fundadores da Linguística e das Ciências da Religião. E, em seu trabalho com os manuscritos indianos, procurou seguir na esteira de professores e colegas e trabalhou em um amplo movimento de edição crítico-filológica de textos do Oriente, bem como de tradução, que divulgasse e expandisse o acesso da comunidade letrada europeia aos textos da cultura oriental, especialmente indiana, e quase exclusivamente com um viés religioso. Ao estudar a obra de uma figura como Max Müller é impossível não se confrontar com essa condição, essa característica basilar de sua atuação intelectual. Antes de elaborar reflexões filosóficas e estabelecer marcos históricos para a cultura indiana antiga, Max Müller aprendeu a editar manuscritos e vertê-los para sua língua. Continuamente atuando para “trazer” a Índia antiga para as mãos europeias, da mesma forma que a Companhia das Índias Orientais trazia pedaços da Índia de sua época consigo todos os dias, Müller aparece para nós, portanto, como um tradutor a serviço do mundo colonizador. Neste trabalho, iremos nos dedicar a explorar a própria visão de Müller sobre sua atuação e buscar nas conclusões pertinentes da Teoria da Tradução uma orientação mais precisa para observar e interpretar uma personagem como essa enquanto

* UERJ

agente histórico.

Max Müller iniciou sua atuação profissional efetiva após partir para a Inglaterra em 1846, onde se dedicou a recolher manuscritos do *Rig Veda*, para estabelecer uma edição completa. Para tanto, se valeu inclusive da proximidade com líderes da Companhia das Índias Orientais para recolher material relevante, além daqueles manuscritos disponíveis em bibliotecas, como os que copiara em Berlim e Paris, recebendo apoio de Christian Karl Josias von Bunsen, embaixador prussiano em Londres (MÜLLER, 1901, p. 193). Uma vez na Inglaterra e após um trabalho que durou alguns anos, Müller publicou o primeiro volume de uma edição do texto do *Rig Veda*, juntamente com os comentários de Sayana. Algum tempo depois, e apesar da tradução de Horace Wilson em 1850, Max Müller publicou uma tradução do mesmo *Rig Veda*, indicando erros em sua primeira edição do texto-fonte. Após isso, outro trabalho relevante como editor e tradutor se consolidou com a coleção à qual dedicou boa parte da vida: *The Sacred Books of the East*. O primeiro volume, em que Max Müller apresenta uma lista dos textos que deveriam integrá-la, é uma parte da tradução dos *Upanishads*, feita pelo próprio Müller. E, além das muitas traduções de textos antigos, Müller também elaborou uma tradução da primeira edição da *Crítica da razão pura*, de Immanuel Kant, no centenário da obra em 1881.

Nesses documentos, é possível identificar, antes de tudo, algumas questões que eram caras ao tradutor. Trataremos delas adiante. Antes, porém, destacamos que o entendimento da prática tradutora ideal à qual Max Müller teve acesso provavelmente remonta a Cícero e sua percepção de que a tradução deveria, antes de qualquer coisa, se preocupar com os significados e a forma literária, mais do que com as palavras (*De Oratore*, I, 155). Evidentemente há uma tradição muito ampla cuja análise detalhada fugiria ao escopo deste trabalho, mas o exemplo de Cícero, por si só, parece ressoar com a defesa de Max Müller a respeito do dever do tradutor em priorizar o sentido do texto-fonte, portanto, o sentido e a forma original em detrimento da lógica imposta pela língua para a qual se está traduzindo (MÜLLER, 1879, p. xvii-xviii). E, desde já, indicamos que neste trabalho

adotaremos a nomenclatura de *texto-fonte* e *texto-alvo*¹.

Para tratar especificamente das perspectivas apresentadas por Max Müller a esse respeito, podemos iniciar com alguns apontamentos no prefácio da primeira edição do *Rig Veda* (MÜLLER, 1849, p. v-vii), publicado em sânscrito tipografado. Para Müller, o *Rig Veda* representaria o “monumento literário” mais antigo do mundo indo-europeu, de grande interesse para filólogos, historiadores e filósofos. E, após muitos anos coletando material de bibliotecas em Berlim, Paris, Londres e Oxford², enfim apresentava com sua edição um trabalho útil, tornando público aquele material e garantindo que um número maior de sanscritistas pudesse analisá-lo. Seu principal objetivo, ele aponta, era o de fornecer um texto estabelecido corretamente e, além disso, recuperar uma versão autêntica e legível dos comentários de Sayana. Dentre estes primeiros passos como editor de manuscritos antigos, fica evidenciado o interesse em divulgar e facilitar o acesso à documentação para os demais pesquisadores. Esse ímpeto em ver o campo dos estudos sobre a Índia Antiga crescer será uma constante na vida de Max Müller, juntamente com os estudos sobre as chamadas religiões orientais em geral. Para além disso, ele apresenta uma ânsia por assegurar um controle da leitura destes textos: ao demonstrar intenção de apresentar o texto *correto*, como todos os demais acadêmicos que alguma vez estabeleceram uma versão de algum texto antigo através do trabalho filológico sobre manuscritos, Max Müller está afirmando uma pretensão por garantir balizas direcionadoras da leitura do documento, apresentando um quadro limitado pelas palavras ali impressas e conduzindo a leitura dos colegas sanscritistas por entre muros mais sólidos. Além disso, estabelecer o texto é demarcar uma fronteira entre os acadêmicos que elaboram um trabalho filológico sério e os sábios locais que dominam o conhecimento da tradição.

O interesse por assegurar algum controle da leitura também aparece

¹ Em função da limitação de espaço, foi necessário suprimir uma discussão sobre as teorias alemãs da tradução temporalmente mais próximas a Max Müller. Tal discussão será apresentada futuramente, em momento oportuno.

² Max Müller chega a lamentar que em nenhuma biblioteca pública alemã de seu tempo havia qualquer manuscrito do *Rig Veda* disponível, o que o obrigou a estudar tais documentos no exterior (MÜLLER, 1849, p. v).

no prefácio da primeira edição de seu *Rig Veda* traduzido para o inglês, vinte anos depois. Aqui, Müller expressa algum respeito pela interpretação e tradução do *Rig Veda* por Sayana, afirmando que sem ele, vinte e cinco anos antes, nem os primeiros passos seriam dados na interpretação do *Veda*. Afirma também que fez uso do trabalho de Sayana, mas estabelece uma ressalva. Com efeito, chama sua própria tradução do *Rig Veda* de “primeira tradução” por uma razão específica que expõe: segundo Müller, o termo “tradução” possui uma ampla gama de significados e ele estaria naquele trabalho assumindo uma postura um pouco diferente, de não apenas transmitir um texto de uma língua para outra, mas elaborar uma verdadeira decifração da obra, que se expressaria na qualidade técnica da tradução oferecida pelo acadêmico (MÜLLER, 1869, p. ix, xiv-xv).

Mais claro ainda o esforço de condução da leitura das fontes para a Índia Antiga no primeiro volume da coleção *Sacred Books of the East*, onde Müller publicou um primeiro volume de traduções dos *Upanishads*. Logo no início do prefácio, em que está expresso como aquela compilação de documentos históricos se destinava aos estudos apenas das religiões, Müller apontou que precisava fazer três ressalvas prévias à leitura de sua tradução e da coleção como um todo: 1- quanto ao caráter dos textos originais; 2- quanto à dificuldade em fazer uso apropriado das traduções de tais textos; 3- quanto ao que é possível e impossível quando da transmissão do pensamento antigo para o discurso moderno (MÜLLER, 1879, p. ix). De pronto, é evidente que, ao longo das décadas, o acadêmico alemão manteve preocupações e reflexões acerca do trato com as fontes que vinham desde um reconhecimento mais claro das condições da documentação disponível aos limites da leitura, interpretação e representação de traços culturais expressos nela. Alguns trechos merecem destaque nesse prefácio. No primeiro deles, Müller (1879, p. ix-xiv) expressa um incômodo com o tratamento que a documentação vinha recebendo. Para ele, aqueles que estudavam através das traduções tendiam a privilegiar a beleza da história religiosa daquelas tradições, ignorando pontos nebulosos e sombrios. Além disso, na visão de Müller, os acadêmicos que se dedicavam a edições, traduções e interpretações de originais antigos haviam se preocupado demais em expor “fragmentos de ouro” e ignoravam todo o “rejeito”; ele mesmo se inclui entre

estes. Seu apelo é no sentido de propor uma alternativa com menos expectativas que não poderiam ser correspondidas por estes textos, para que o estudo das religiões fosse feito com menos entusiasmo e mais rigor.

As religiões da Antiguidade devem sempre ser abordadas com um espírito amoroso e é provável que o acadêmico seco de sangue frio seja tão danoso aqui quanto o pseudo-sábio entusiasmado. *Mas o verdadeiro amor não ignora as culpas e as falhas: ao contrário, ele as examina minuciosamente, ainda que apenas para ser capaz de compreender, explicar e, assim, perdoá-las.* (MÜLLER, 1879, p. xi. Grifos nossos)³

É inevitável o confronto com o posicionamento epistemologicamente autoritário do *scholar* do século XIX que, dedicado inclusive ao ato da tradução, se propõe a “compreender” e “explicar” os saberes alheios dispondo de suas próprias técnicas, mas ainda *perdoar-lhes* em sua insuficiência. Tal abordagem só evidencia uma total reificação dos saberes da cultura colonizada e uma autoimagem de sujeito absoluto ordenador do pensamento dotado das qualidades necessárias. Essa conduta impacta de maneira inevitável qualquer trabalho sobre um texto de uma cultura distinta, seja a leitura, a edição, a tradução, a interpretação ou a divulgação⁴. Ainda neste primeiro trecho, Müller também defendeu que o estudo comparativo das religiões requereria um amplo trabalho de tradução, não de trechos, mas de obras completas, com qualidade e em amplo alcance para explorar diferentes tradições e suas ramificações, expandindo o horizonte comparativo. E disparou sem muito pudor: o Velho Testamento seria diferente, se não fosse mantido separado do Talmud; o Novo, se fosse mesclado com os relatos dos primeiros concílios; e, Müller infere, imaginar tais coisas seria a chave para compreender a mistura de “verdade sublime”

³ “The religions of antiquity must always be approached in a loving spirit, and the dry and cold-blooded scholar is likely to do here as much mischief as the enthusiastic sciolist. But true love does not ignore all faults and failings: on the contrary, it scans them keenly, though only in order to be able to understand, to explain, and thus to excuse them.” [Todas as traduções que não fizerem menção ao nome do tradutor são de nossa autoria].

⁴ E, nesse sentido, cabe destacar que Edward Said menciona que uma das lacunas de seu trabalho foi não explorar a trajetória de algumas figuras, dentre as citadas está a de Max Müller (SAID, 2007 [1978], p. 48).

e “estupidez vulgar” que haveria no seio dos vedas, na *Avesta* e na *Tripitaka* (MÜLLER, 1879, p. xiii-xiv). Mais adiante, Max Müller (1879, p. xvii-xix) apresenta algumas considerações relevantes sobre a relação entre tradução e estudo da história (ainda que limitada à história religiosa). Para ele, se fazia necessário que o estudo se preocupasse mais com um ponto de vista histórico para além do estético, no que se referia às traduções dos originais.

Outros apontamentos se definem pelas noções de que a tradução jamais substituirá a leitura do texto-fonte, que o estudante das religiões tem que ler as traduções com cuidado, dado que ler o original já requer muita atenção e que há um alto risco envolvido de má compreensão e de uma leitura mal feita até mesmo naqueles que estão traduzidos em sua totalidade, tanto que um texto traduzido de forma criteriosa pode soar sem sentido na língua alvo, ainda que o sentido original tenha sido preservado (MÜLLER, 1879, p. xxi-xxiii). Max Müller (1879, p. xxvii, lx) também estava atento aos diferentes graus de dificuldade de tradução, mencionando a complexidade multiplicada de traduzir textos antigos para línguas modernas, comparando à já difícil tarefa de traduzir textos dentro do grupo das línguas românicas, ou ainda considerando que a tarefa espinhosa de traduzir do latim e do grego vai se tornando mais intrincada conforme o tradutor se distancia mais de sua família linguística; e, dessa forma, traduzir textos sânscritos se tornava ainda mais árduo, enquanto a tradução do chinês arcaico seria pior. E, por fim, ele emite uma das suas opiniões mais relevantes no que se refere à prática da tradução, ou ao menos a como ele pretendeu elaborar suas traduções. Com efeito, Müller (1879, p. xxvii-xxviii) afirma que o tradutor deverá preferir ferir a língua, dentro de um espectro estético, a mal representar alguma ideia contida no texto-fonte.

Para além do que já foi dito, no entanto, um ponto mandatório a ressaltar é que a expressão definitiva do esforço empregado por Müller para apresentar e forçar um determinado caminho de leitura sobre a Índia Antiga está evidente pela seleção estabelecida dentre as fontes que mereceriam um trabalho mais atento de edição, tradução e divulgação. Este é um ponto ao qual devemos permanecer atentos. Seja como ação deliberada, seja como consequência dos interesses desenvolvidos pelo acadêmico alemão ao longo de sua carreira, fato é que este priorizou fortemente todos os textos indianos

que continham uma configuração filosófico-religiosa e moral em seu conteúdo. Épica, dramaturgia ou qualquer outro tipo de documentação não recebeu a mesma atenção e o mesmo empenho de divulgação por parte de Max Müller.

Também se destaca a tradução que Müller fez da primeira edição da *Crítica da razão pura*. No prefácio que a acompanha, Müller (1881, p. v-vi) informa que teria esperado em vão, durante três décadas, por uma pessoa qualificada que traduzisse a *Crítica*, além de sugerir que tal tarefa devesse ser perpetrada por um alemão, convicção que teria assumido durante uma aula. Ele ainda menciona que não tem pretensão de criticar traduções anteriores e que está em débito com elas, dado que evidenciaram sutilezas que mereciam uma maior atenção na sua própria tradução. E, após apresentar muitos exemplos de tais sutilezas (MÜLLER, 1881, p. vii-xi), ele traça novos comentários relevantes comparando a condição do tradutor, enquanto falante da língua original ou da língua alvo, além de reforçar a complexidade da tradução de um texto como o de Kant.

Um conhecimento acurado e de nível acadêmico do alemão poderia, sem dúvida, ser suficiente para uma tradução de trabalhos históricos e científicos. Mas, me parece quase indispensável, para encontrar nosso caminho através dos intrincados labirintos dos argumentos metafísicos, uma rápida percepção do que é expressado pelos sinais [da linguagem], quer dizer, pelos advérbios e partículas, e uma percepção natural de caminhos idiomáticos do discurso. Por outro lado, eu estou plenamente consciente das vantagens que os tradutores ingleses possuem por seu mais perfeito controle da língua na qual o pensamento estrangeiro deve ser convertido. Aqui eu declaro de imediato minha própria inferioridade; mais ainda, *eu confesso que, ao passar os argumentos de Kant para o inglês, tentei pensar muito menos em elegância, suavidade ou ritmo, que em precisão e clareza. O que eu tentei fazer foi dar uma tradução honesta e, tanto quanto possível, literal e, antes de tudo, uma tradução que será autoexplicativa; e eu arrisco dizer que, mesmo para um estudante alemão de Kant, esta tradução em inglês vai se mostrar, em muitos pontos, mais inteligível que o original alemão. É difícil traduzir os hinos do Veda e as cepas dos Upanishads, as odes de Píndaro e os versos de Lucrecio; mas eu duvido que a dificuldade de converter o alemão metafísico de Kant em um inglês inteligível e interpretável seja menos [difícil].* Desejo menos ainda que meus leitores acreditem que eu nunca falhei em fazer das sentenças de Kant inteligíveis. Há poucas frases na *Crítica* de Kant que eu não fui capaz de interpretar para minha própria satisfação e com as quais nenhum dos

amigos que eu consultei pôde me ajudar. Aqui, tudo que eu podia fazer era oferecer uma representação literal, na esperança de que editores futuros possam obter sucesso em emendar o texto e extrair dele um sentido mais inteligível. (MÜLLER, 1881, p. xi-xiii. Grifos nossos)⁵

Portanto, fica evidente que Max Müller esteve preocupado com a questão da tradução ao longo de toda a carreira. É conveniente, agora, procurar estabelecer um terreno teórico um pouco mais firme, para preparar os olhos para uma leitura do Max Müller tradutor, e este terreno firme vem pelo complexo debate dos *Estudos de Tradução*. Podemos tomar emprestada a síntese dos estágios teóricos pelos quais tais estudos passaram no ambiente acadêmico ocidental, formulada por Peter Newmark (2009, p. 20-21): Linguístico, Comunicativo, Funcionalista e Ético/Estético. Seguindo a leitura de Newmark, Max Müller estaria inserido em seu estágio *Linguístico*, o primeiro deles, em que a prioridade seria uma tradução atenta à equivalência de palavras, mais que à de sentidos. Isto, porém, não parece se sustentar completamente, quando levamos em consideração, por exemplo, que Müller defendeu que o tradutor tentasse proteger ao máximo a expressão e o sentido do texto-fonte, em detrimento da forma do texto-alvo. Em todo caso, é necessário reconhecer que o primeiro impulso em seus escritos é o de encontrar o termo mais adequado, o que sugere alguma predileção pelo problema da proeminência da demanda palavra-por-palavra; embora seja, a

⁵ “An accurate and scholarlike knowledge of German would, no doubt, suffice for a translation of historical or scientific works. But in order to find our way through the intricate mazes of metaphysical arguments, a quick perception of what is meant by the sign-posts, I mean the adverbs and particles, and a natural feeling for idiomatic ways of speech, seem to me almost indispensable. On the other hand, I am fully conscious of the advantages which English translators possess by their more perfect command of the language into which foreign thought has to be converted. Here I at once declare my own inferiority; nay, I confess that in rendering Kant's arguments in English I have thought far less of elegance, smoothness or rhythm, than of accuracy and clearness. What I have attempted to do is to give an honest, and, as far as possible, a literal translation, and, before all, a translation that will construe; and I venture to say that even to a German student of Kant this English translation will prove in many places more intelligible than the German original. It is difficult to translate the hymns of the Veda and the strains of the Upanishads, the odes of Pindar and the verses of Lucretius; but I doubt whether the difficulty of turning Kant's metaphysical German into intelligible and construable English is less. Nor do I wish my readers to believe that I have never failed in making Kant's sentences intelligible. There are a few sentences in Kant's Critique which I have not been able to construe to my own satisfaction, and where none of the friends whom I consulted could help me. Here all I could do was to give a literal rendering, hoping that future editors may succeed in amending the text, and extracting from it a more intelligible sense.”

nosso ver, problema inalienável até mesmo das traduções do estágio *Ético/Estético*.

A figura do Max Müller tradutor parece estar emaranhada em outros problemas, que fogem ao que é demarcado por Newmark para o século XIX. Num primeiro momento, podemos supor que a tradução empregada no ambiente da filologia oitocentista é uma tradução de caráter técnico, cientificista, que pretende apresentar os termos corretos em uma transição clara e objetiva de uma linguagem para a outra, priorizando que o conteúdo seja apresentado em sua plenitude. Nessa suposição, formulações como as que Isidore Pinchuck apresentou em seu manual podem parecer tentadoras para compreender, para além do que o próprio Müller afirmou, a prática tradutora que permeou sua carreira. Com efeito, Pinchuck (1977, p. 13, 20, 35-36), preocupado com a tradução como método de divulgação de conhecimento científico, apresentou como a tradução técnica era relativamente mais restrita que a estética, sendo a palavra mero rótulo que, ora é muito importante, ora é mera conveniência, considerando a transferência de significados e as palavras como meios, mas meios dotados de propriedades peculiares que requerem atenção; palavras não seriam necessariamente o nome de coisas e ideias, interagindo entre si, como veículos de expressão. Pinchuck parece, aqui, um algodão entre os dois cristais dos estágios *Comunicativo* e *Funcionalista* de Newmark.

No entanto, é necessário considerar que, no trabalho filológico do século XIX, tradutores e editores como Max Müller não estavam lidando com vastos manuais de filosofia, religião, história e poesia a serem transcritos em outra língua. Todas as obras traduzidas por Friedrich Max Müller, à exceção da *Crítica da razão pura*, eram textos proeminentemente literários, todos em verso. O *Hitopadesha* é uma compilação de fábulas; o *Rig Veda* são hinos, portanto, poesia; como também são poesia os *Upanishads*. E, dessa forma, teorias que se dedicaram a pensar a tradução de textos literários talvez nos esclareçam melhor a complexa posição em que esteve o filólogo, que se apropriava de textos literários de outras culturas, os processava, reconfigurava, homogeneizava, embalava e distribuía para uma comunidade de leitores prioritariamente acadêmicos. Nesse sentido vale a pena trazer a sugestão abre-alas de Reuben Brower (1974, p. 1) de que o

tradutor carrega consigo um parodista. Para ele, a tradução enquanto poesia não é isolada e toda tradução é, mais que uma tradução, uma versão. Especialmente na poesia, em que significados literais frequentemente não são claros o bastante. Isto ressoa algumas das falas de Müller comentadas acima, o que mostra que o acadêmico estava relativamente atento a tais demandas. Brower (1974, p. 14-15, 19, 159, 168, 180) ainda traz outras reflexões significativas: 1- Na tradução, parodista, escritor de versões e poeta andam de mãos dadas; 2- A tradução pode ser bem melhor entendida não apenas em comparação com o texto-fonte, mas levando em conta as condições de sua produção; 3- As traduções nos lembram que, ao ler, lemos de um ponto específico no espaço e no tempo; 4- O tradutor tenta ter e busca certo *anonimato* e, tentando se eliminar, percebe que a voz que fala é a de sua própria *contemporaneidade*; 5- A tradução de uma poesia do passado é a conversão desta em uma poesia do próprio tradutor e do tempo deste e de seus leitores.

Os pontos 2 e o 3, inevitavelmente, nos remetem ao processo de seleção da documentação antiga, bem como de edição e construção de narrativas interpretativas que moldava no discurso acadêmico do século XIX a forma adequada de ler tais documentos e a história de suas culturas; enquanto o ponto 5 parece coroar o *télos* da percepção de 2 e 3. No caso de Max Müller, é importante destacar que suas traduções, bem como de outros textos na coleção *Sacred Books of the East* que editou, foram feitas em prosa⁶. Isto parece apontar, de maneira ainda mais intensa, na direção da percepção de que tais traduções tomavam o texto-fonte como matéria-prima a ser misturada com outros elementos da cultura acadêmica oitocentista; uma vez preparada a massa, era acomodada em formas específicas, para depois ser distribuída num aspecto homogeneizado e distante de suas condições primárias.

Já o ponto 4, em particular, se relaciona diretamente com algumas das conclusões de Briam Mossop (2007, p. 19-21, 36). Segundo sua visão, o tradutor tem de fazer seleções, em especial entre três *vozes* das quais virão os termos a serem empregados: 1- *Neutralizante*, que deixa o texto

⁶ Destacamos como uma das mais famosas a *Bhagavad Gita*, traduzida por Kashinath Thimbak Telang, juntamente com a *Sanatsujatiya* e a *Anugita* (MÜLLER, 1882).

homogeneizado com um aspecto uniforme, que ressoa apenas o próprio tradutor; 2- *Ventriloquizante*, a mais difícil, onde, num esforço de antecipação, o tradutor procura modular a forma da tradução através de uma recepção futura imaginária; 3- *Distanciadora*, que se atém exclusivamente ao autor do texto-fonte. Além disso, o tradutor poderia ser visto de três formas distintas: 1- Ator sociológico e econômico; 2- Criador cultural; 3- Produtor de linguagem. Estas personas não acompanham necessariamente determinada voz a ser escolhida pelo tradutor. O ponto é que a figura do tradutor pode ser polivalente e multifacetada, além de cada tradução carregar um processo único e complexo. Fato é que, mesmo ao procurar não deixar rastros seus na tradução que elabora, o tradutor assume posturas específicas e não pode impedir que suas escolhas se manifestem concretamente na forma assumida pela tradução que apresenta. Mesmo o *scholar* vitoriano que procurasse não ferir o texto-fonte a prejuízo da qualidade estética do texto-alvo, pelo simples ato de traduzir, cometerá agressões ao texto-fonte. Mais que isso, a sua cultura. Há quem discorde, é claro. Ou quem sugira que talvez o alcance dessa agressão possa ser hiperdimensionado. E a tradução pode ser encarada como uma corrida para traduzir elementos culturais em outros elementos culturais inteligíveis, o que pode se assentar em uma discussão mais vocabular.

Maestria sobre o original permite ao tradutor julgar, não apenas que palavras comuns em uma língua são equivalentes a palavras comuns em outra, mas também decidir que termos culturalmente específicos em uma podem substituir termos culturalmente específicos na outra. (ANDRÉ, 2003, p. 55)⁷

Mas é impossível permanecer nessa discussão sem levar em conta que o processo da tradução é um equilibrar-se em uma corda-bamba amarrada em dois pedestais: o texto-fonte e o texto-alvo; e sem levar em conta que os dois pedestais estão fincados em culturas separadas por um

⁷ "Mastery over the original then allows the translator to judge, not only what common words in one language are equivalent to common words in another, but also to decide what culturally specific terms in the one may replace culturally specific terms in the other."

abismo, cujo fundo raramente se vê. É nesse sentido que Birgit Linder se apropria das reflexões de Anton Popovič sobre os cinco saltos da análise de traduções, sintetizando-as⁸ e, ao considerar como ferramenta um círculo hermenêutico de versões, concluindo que “além de representar horizontes individuais, elas também refletem retroativamente na natureza polivalente do texto-fonte e da cultura-fonte” (LINDER, 2003a, p. 173-174)⁹. Ainda seguindo as propostas de Popovič, no caso de Müller é relevante destacar que qualquer atenção à sua condição de tradutor deve levar em consideração especialmente os saltos genérico e individual, dado que suas traduções da poesia indiana antiga a converteram em prosa e que existe uma probabilidade alta de o texto ter sido limitado pelo vocabulário não apenas do idioleto mülleriano, mas também de um vocabulário muito particular e mesmo dialetal dos acadêmicos vitorianos. Tornemos à metáfora da cordabamba entre os pedestais do texto-fonte e do texto-alvo encravados nas culturas apartadas. A questão da tradução, portanto, não é mero debate vocabular. É por meio de análises localizadas que isso fica mais evidente.

Se olharmos para algumas poucas traduções em inglês de lírica romântica tâmil do Período Sangan ficará claro que tradução envolve muito mais que encontrar equivalências linguísticas ou formais. Poemas de amor Sangan estão embutidos em uma rede de convenções culturais e literárias. Estas convenções não são apenas linguísticas, mas socioculturais relativas às experiências dos amantes — a convenção arquetípica sendo a correspondência entre os estados de espírito dos amantes e as ocasiões e o cenário. (CHELLAPAN, 1995, p. 92)¹⁰

⁸ “Ele sugere cinco saltos principais que se identificam na análise da tradução: (1) o salto constitutivo, que é devido às diferenças entre os dois sistemas de linguagem; (2) o salto genérico que muda as características do texto e o torna um gênero distinto; (3) o salto individual, que motiva as propensões expressivas do tradutor e seu idioleto subjetivo; (4) o salto negativo das más-compreensões; e (5) o salto tópico, que acarreta diferenças nos fatos tópicos entre o texto-fonte e o texto-alvo.” [“He suggests five main shifts that are identified with translation analysis: (1) the constitutive shift that is due to differences between the two language systems; (2) the generic shift that changes the features of the text and make it a distinct genre; (3) the individual shift that motivates the translator’s expressive propensities and his subjective idiolect; (4) the negative shift of misunderstandings; and (5) the topical shift that brings about differences in the topical facts between the source text and the target text.”] (LINDER, 2003a, p. 151-152).

⁹ “[...] beyond representing individual horizons, they also reflect back on the polyvalent nature of the source text and culture.”

¹⁰ “If we look at a few translations into English of Tamil love lyrics of the Sangan age it will be clear that translation involves much more than finding linguistic or formal equivalence. Sangan love poems are embedded in a network of cultural and literary conventions. These are not only linguistic but socio-

Assim, existe uma barreira no ato de traduzir, que não é transposta pela simples conversão de palavras e, provavelmente, nem pela adaptação de significados culturalmente arraigados. David Katan argumentou que os filtros culturais necessariamente auxiliam a organização de percepções de mundo compartilhadas, que são o que sobrevive melhor nas traduções.

No caso da modelagem humana, não podemos perceber tudo “o que está acontecendo” (supressão); tendemos a nos concentrar seletivamente ou ajustar o que vemos àquilo que sabemos esperar, ou o que atrai nossa atenção (distorção), e tendemos a preencher detalhes de nosso próprio modelo ou nivelar diferenças salientes (generalização) para fazer o resultante e útil “mapa do mundo”. (KATAN, 2009, p. 75)¹¹

É impossível, portanto, supor que as diferenças culturais possam ser superadas pela [não tão] simples resolução da problemática linguística e é indispensável considerar que este é o local ocupado por Max Müller ao longo de todo seu trabalho de edição, tradução, publicação e interpretação da documentação da Índia Antiga selecionada por ele, seus professores e colegas. Nesse sentido, a sugestão de Newmark de que o estágio da teoria da tradução no século XIX estaria limitado ao cuidado da tradução palavra-por-palavra, mais que nos oferecer um rótulo para impor à figura de Müller, nos força ao questionamento sobre as manipulações da cultura e da dominação correntes à época e, por vezes, omitidas dos textos oitocentistas que se dedicassem a refletir sobre a prática tradutora. A demanda por atenção à questão cultural também foi colocada por Anthony Pym:

Eu acredito que tais abordagens abrem o caminho para relações que, ao criar paraísos artificiais através da ocultação das diferenças ou conflitos reais através da ocultação da troca diária, são frequentemente tão

cultural conventions regarding the lovers' experiences — the archetypal convention being the correspondence between the moods of lovers and the seasons and the setting.”

¹¹ “In the case of human modelling we cannot perceive all of ‘what it is that is going on’ (deletion); we tend to focus selectively or fit what we see to that we know expect, or what attracts our attention (distortion), and we tend to fill details in from our own model or level out salient differences (generalization) to make the resulting ‘map of the world’ useful.”

ignorantes na concepção quanto são perniciosos na prática. [...] Ao insistir na pertinência da transferência, ao basear relações interculturais na distância criada pelo movimento de objetos, esta dupla abordagem deve enfim argumentar contra a autoridade falsa dos textos traduzidos que sugere que eles estiveram sempre lá e contra textos não traduzidos que sugerem que eles não podem existir em nenhum outro lugar. (PYM, 1992, p. 35)¹²

Ou ainda:

Os laços do pertencimento, portanto, dependem não apenas do conhecimento coletivo que permite certos elementos a permanecer implícitos textualmente, mas também do conhecimento esquecido que permitiu o caráter implícito se tornar familiar e tender na direção da ignorância. Neste segundo caso, a tarefa do tradutor é tanto mais difícil porque há indeterminação textual bem antes do momento da tradução. O melhor que o tradutor pode fazer é frequentemente reproduzir a mesma indeterminação, a mesma lacuna cultural, como um traço do pertencimento do outro. (PYM, 1992, p. 114)¹³

É possível questionar uma suposta hipérbole na defesa da proeminência da questão cultural no que se refere à tradução, e em suas implicações políticas. Além de um centramento excessivo na figura do tradutor, desconsiderando as condições de possibilidade da tradução em seu entorno. Com efeito, James St. André pontuou que

¹² "I believe that such approaches open the way for relations which, in creating artificial paradises from the hiding of differences, or real conflict from the hiding of everyday exchange, are often as benighted in conception as they are pernicious in practice. [...] In insisting on the pertinence of transfer, in basing intercultural relations on the distance created by the movement of objects, this double approach must ultimately argue against the false authority of translated texts which suggest they were always already there, and against non-translated texts which suggest they can exist nowhere else."

¹³ "The bonds of belonging thus depend not only on the collective knowledge that enables certain elements to remain textually implicit, but also on the forgotten knowledge that has enabled implicitness to become familiar and tend towards ignorance. In this second case, the translator's task is all the more difficult because there is textual indeterminacy well before the moment of translating. The best the translator can do is often to reproduce this same indeterminacy, the same cultural lacunae, as a trace of the other's belonging."

se uma obra de arte está viva, crescendo e mudando através, tanto pela crítica, quanto pela tradução há mais na tradução que a agência da pessoa que traduz, seja lá qual possa ser a ideologia dele ou dela. Então [o fato de] a tradução nascer através do impulso de alguém altamente envolvido em um empreendimento orientalista, colonialista ou mercantilista não necessariamente diminui o valor da tradução ou sua habilidade de influenciar a cultura-alvo. (ANDRÉ, 2003, p. 46)¹⁴

No que foi seguido por José Lambert:

Obviamente é preciso evitar o perigo de exagerar a ênfase na função política dos métodos e estratégias tradutórios. Por outro lado, há também o risco de subestimar a função cultural e política que um dado leitor pode conferir a soluções de tradução muito isoladas. (LAMBERT, 1995, p. 107)¹⁵

Estas são questões válidas que podem tornar a análise dos processos de tradução muito mais criteriosa e confiável. Tais estudos apontam na direção de uma crítica excessivamente politizada que poderia exagerar o papel de processos como o colonialismo no ato de tradução. No entanto, para nosso propósito aqui, cumpre apenas compreender uma faceta específica de Friedrich Max Müller em seu trabalho com textos, a saber a de tradutor/editor. E, considerando sua história, as edições, suas traduções, e sua relação direta com a colonização britânica sobre a Índia, talvez seja coerente seguir a linha de Francesca Billiani, que concluiu que

¹⁴ “[...] if a work of art is alive, growing and changing through both criticism and translation there is more to the translation than the agency of the translator, whatever his or her ideology may be. So the translation coming to being through the impulse of someone caught up in an orientalist, colonialist, or mercantilist enterprise does not necessarily lessen the value of the translation or its ability to influence the target culture. It should, of course, be taken into consideration as one factor among others. And it may often deeply affect the shape of the finished translation. One could effectively argue that, in taking an orientalist discourse as the context for all writings on the orient, orientalist studies may slight other contemporary contexts which throw a very different light on the translation.”

¹⁵ “Obviously one must avoid the danger of overemphasizing the political function of translational methods and strategies. On the other hand, there is also the danger of underestimating the cultural and political function that a given reader may give to very isolated translational solutions.”

traduções podem desempenhar um papel importante em provocar um salto no paradigma quando critérios estéticos de avaliação devem chegar a um acordo com as regras impostas tanto pelo mercado quanto por uma audiência mais diversificada. Dessa forma, *quando as práticas discursivas das traduções são analisadas em relação a políticas editoriais, narrativas emergem e espelham as posições ideológicas e agendas de certos grupos* (nesta audiência não-especialista). *A ideologia intervencionista é mais clara na seleção e apresentação de textos, nas estratégias de tradução empregadas e na intervenção subsequente na cultura literária alvo.* (BILLIANI, 2007, p. 153. Grifos nossos)¹⁶

Parece que tal leitura não pode ser desprezada, uma vez que parte do estudo da carreira de um acadêmico como Max Müller implica em perceber uma determinada agenda no trato da Antiguidade e na apropriação de tal passado para as demandas de seu próprio mundo. Pontos a prestar atenção, seguindo Billiani, são a escolha e o estabelecimento de determinados documentos antigos da Índia (“seleção e apresentação de textos”), o método escolhido para traduzir tais documentos editados nos moldes do livro vitoriano (“estratégias de tradução empregadas”) e a atuação de Müller, inclusive seu uso das fontes da Antiguidade indiana, nos estudos de *Religião Comparada e Ciência da Religião* (“intervenção subsequente na cultura literária alvo”). Especialmente porque a edição de antologias tem um papel determinante na formação de cânones, inclusive por moldarem o mercado e as percepções e representações da tradição e do saber poéticos (BILLIANI, 2007, p. 151); e, acrescentaríamos, dos saberes histórico e filosófico. Sobre o tema da seleção, somado à produção de antologias, é relevante compreender que a agenda de Max Müller foi totalmente voltada ao tema da religião e prática semelhante pode ser encontrada, por exemplo, entre os jesuítas na China, ainda que com particularidades como a ausência de uma universidade nos moldes oitocentistas.

¹⁶ “[...] translations may play an important role in provoking a shift in the paradigm when aesthetic criteria of assessment have to come to terms with the rules imposed both by the market and by a more diverse readership. Thus, when the discursive practices of translations are analyzed in relation to editorial policies, narratives emerge which mirror the ideological positions and agendas of certain groups (in this non-specialist audience). The interventionist ideology is clearest in the selection and presentation of texts, in the translation strategies employed and in the subsequent intervention in the target literary culture.”

As seleções foram motivadas pelo desejo de divulgar conhecimento fundamental da cultura chinesa (ou o que era percebido como) e pela vontade de proselitizar e encontrar conexões filosóficas e religiosas mútuas. Nenhum desses proto-sinólogos, entretanto, conclamaram o estabelecimento de uma disciplina acadêmica, um método sinológico ou uma filosofia da tradução. (LINDER, 2003b, p. 244. Grifos nossos)¹⁷

E este é, efetivamente, apenas um exemplo que demonstra como a agenda religiosa pode impactar a seleção da documentação relevante e sua consequente hierarquização, frente aos documentos da cultura do tradutor, entendidos como superiores e balizas comparativas fixas, e frente aos demais documentos da própria cultura, entendidos como menos importantes. Há, porém, uma variável faltando nesta equação. O processo que começamos a vislumbrar não tem suas origens em um encontro mútuo de duas culturas que se chocam e passam a se esforçar para se compreender e se relacionar. Este processo, na realidade, tem sua raiz em um vasto conjunto de invasões, genocídios físicos e culturais, estupros, escravizações, animalizações, inferiorizações, enfim, um amplo conjunto de violências físicas e simbólicas que denominamos *colonização*. Para o objetivo central deste trabalho, estamos dado maior ênfase à relação do colonizador com a tradução, no contexto do colonialismo e da dominação alheia em geral. Não significa que a tradução não tenha um papel fundamental do lado oprimido. Na realidade, a tradução pode assumir o papel da resistência. Por vezes, pode ser ferramenta emancipadora e de visibilização global ao verter textos que tratam de uma realidade local de opressão para línguas com um número maior de falantes, como é o caso da literatura *dalit* traduzida para o inglês (KOTHARI, 2007). Por vezes, uma classe média colonizada pode assumir uma posição tradutória esquizofrênica que se equilibre entre a resistência e a incorporação, enquanto os textos do centro são trazidos à periferia pela via da tradução, não meramente como adequação ao capitalismo global e suas demandas ideológicas e culturais, mas também para enfrentar ameaças e

¹⁷ "The selections were motivated by the desire to spread fundamental knowledge of Chinese culture (or what was perceived as such), and by the wish to proselytize and find mutual philosophical and religious links. None of these proto-sinologists, however, laid claim to the establishment of an academic discipline, a sinological method, or a philosophy of translation."

estruturas culturais escravizadoras (SINGH, 1995). Há ainda outro exemplo, no caso coreano das traduções da literatura filosófica chinesa, onde a atitude subversiva e resistente conduziu a traduções menos conservadoras dos textos chineses outrora altamente sacralizados (OH, 2003).

Atendo-nos ao escopo deste trabalho, contudo, é fundamental apenas que tenhamos em mente que esses processos de seleção e tradução de textos aos quais fazemos menção se deram em contexto colonial. Maria Tymoczko talvez tenha sido uma das autoras que melhor tenha explorado o assunto, investigando as violências implícitas nas traduções inglesas da literatura tradicional irlandesa. Apontou, por exemplo, que conceitos mais abstratos possuem componentes discursivos específicos e que a diferença de práticas discursivas que estão no coração das interações entre povos de línguas distintas já estimula, por si só, a prática da tradução, enquanto esta é o meio pelo qual a *diferença é, paradoxalmente, percebida, preservada, projetada e proscrita* (TYMOCZKO, 1999, p. 15, 17). A autora também pontuou que

o processo de tradução é poderoso e não é inocente. Juntamente com gêneros narrativos como história, ficção e literatura de viagem, e produções acadêmicas como edições, antologias e crítica literária, traduções formam imagens de culturas e povos inteiros, assim como de autores individuais e textos; imagens que, por sua vez, passam a funcionar como [representação verídica da] realidade. (TYMOCZKO, 1999, p. 18)¹⁸

Além disso,

É a seleção metonímica de atributos específicos para preservar e descartar, assimilar e resistir, abandonar e edificar, que caracteriza principalmente as normas iniciais da tradução de todos os textos em particular — mais que as polaridades comuns que são normalmente discutidas na teoria da tradução. Estas decisões sobre a metonímica do texto-alvo por sua vez determinam as normas operacionais, frequentemente de formas complexas e

¹⁸ “[...] the process of translation is powerful and it is not innocent. Along with such narrative genres as history, fiction, and travel literature, and such scholarly productions as editions, anthologies, and literary criticism, translations form images of whole cultures and peoples, as well as of individual authors or texts, images that in turn come to function as reality.”

aparentemente inconsistentes conforme as irreconciliáveis demandas do texto-fonte são negociadas. (TYMOCZKO, 1999, p. 56)¹⁹

Poderíamos também tomar um outro exemplo, não mais da Irlanda, mas da atual Argélia. Abdelmajid Hannoun analisou traduções de Ibn Khaldun realizadas em contexto colonial no século XIX. Sua conclusão é a seguinte:

A Histoire des Berbères, a narrativa francesa de Ibn Khaldun que conta a história dos árabes e berberes no Magreb, se tornou a fonte de conhecimento do Norte da África para os franceses. É sobre aquela narrativa francesa que historiadores coloniais e pós-coloniais construíram seu conhecimento do Norte da África, dos árabes e dos berberes. [...] uma parte dos escritos de Ibn Khaldun foi traduzida e transformada ao longo do processo de tal forma que se tornou uma narrativa francesa com categorias coloniais específicas do século XIX. [...] a colonização introduziu o que Castoriadis chama de “imaginário” ao transformar conhecimento local e converter em conhecimento colonial. [...] a tradução não é apenas a transmissão da mensagem de uma língua para outra, mas é, na realidade, a produção de um novo texto. Porque a tradução é, em si mesma, o produto de um imaginário, uma criação — nas palavras de Ricoeur, uma “reestruturação de campos semânticos”. (HANNOUN, 2003, p. 61)²⁰

A leitura do artigo de Hannoun é fortemente recomendada, apresentando uma análise muito rica que, entretanto, não cabe esmiuçar

¹⁹ “It is metonymic selection of specific attributes to preserve and to relinquish, to assimilate and to resist, to abandon and to construct, that principally characterizes the initial translation norms of all texts in particular — more than the standard polarities that are usually discussed in translation theory. These decisions about the metonymic of the target text in turn determine the operational norms, often in complex and seemingly inconsistent ways as the irreconcilable demands of the source text are negotiated.”

²⁰ “The *Histoire des Berbères*, the French narrative of Ibn Khaldûn that relates to the history of Arabs and Berbers in the Maghreb, has become since then the source of French knowledge of North Africa. It is upon that French narrative that colonial and post-colonial historians have constructed their knowledge of North Africa, of Arabs, and of Berbers. [...] a portion of the writing of Ibn Khaldûn was translated and transformed in the process in such a way as to become a French narrative with colonial categories specific to the nineteenth century. [...] colonialism introduced what Castoriadis calls an ‘imaginary’ by transforming local knowledge and converting it into colonial knowledge. [...] not only is translation not the transmission of a message from one language to another, it is indeed the production of a new text. For translation is itself the product of an imaginary, a creation — in Ricoeur’s words, a ‘restructuring of semantic fields.’”

neste trabalho. Vale destacar apenas como o autor conclui que o intelectual europeu se coloca na posição de suprir o que falta às culturas subalternas (moral, história, filosofia), processo que podemos entender como tomando para si a matéria-prima (fontes) e devolvendo o produto-final de alto valor agregado (narrativa histórica e traduções linguística e cultural). Podemos ainda considerar que não devemos superestimar a agência do tradutor no processo da tradução, na linha de José Lambert, para termos alguma cautela na análise do texto-alvo. No entanto, é inalienável reconhecer que há na prática tradutora uma condição modeladora, moduladora, manipuladora que deve ser levada em consideração. E aqui fazemos menção ao que Cyril Aslanov pontuou como a tradução enquanto ato de manipulação (ASLANOV, 2015).

O acadêmico do século XIX que nos propomos a investigar é, dentre muitas coisas, um filólogo e, desta forma, incorporado a suas percepções históricas e filosóficas da literatura está seu posicionamento filológico. A sugestão de Hannoun nos remete à noção do tradutor como parodista explorada por Brower, comentada acima, e nos obriga a considerar, para além de qualquer discussão estética, as implicações políticas da recriação, atinentes ao contexto histórico e político global contemporâneo a cada tradução realizada. Seguindo posicionamentos de André Lefevere, Tymoczko (1999, p. 42) defendeu que, da mesma forma que toda literatura é sempre um reconto, uma reescrita e uma recriação, também o é a tradução; ela então deveria ser agrupada entre outros textos entendidos como de processamento primário, como antologias e adaptações para crianças. Esta posição nos remete ao que discutimos do que tratou Billiani sobre as antologias além do trabalho de Brower. Somos então conduzidos à figura do filólogo, bem como a seus vícios:

Traduções filológicas são essencialmente paráfrases em outra língua e, como tais, elas agridem um texto literário da mesma forma que uma paráfrase intralingual [na língua original] faz. A redução da linguagem literária à linguagem não literária é particularmente problemática se tal tradução passa a servir como substituta para a obra literária em si mesma e a funcionar como um objeto estético substituto. Porque o curso do texto não é acessível à audiência receptora, em tal caso a tradução cuja base

linguística é a linguagem não-literária passa a representar um texto literário. Assim, em traduções filológicas a literatura da outra cultura é reduzida a não-literária e segmentos da literatura mundial passam a ser representados por não-literatura. O potencial para construir uma postura de imperialismo estético — e, por extensão, imperialismo cultural — é claro tanto para tradutores quanto para audiências receptoras. *Não é acidental que a filologia como disciplina fosse dominada na Europa durante o século que viu a coalescência do imperialismo colonial europeu: tal imperialismo era estendido no tempo assim como no espaço, em parte, através da colonização do passado pela filologia*, pela prática da tradução redutora que eu estou descrevendo. (TYMOCZKO, 1999, p. 259-260. Grifos nossos)²¹

Torna-se impossível, em um trabalho sério, ignorar as histórias, as duras verdades e a capilaridade das consequências da colonização. E Tymoczko, pensando no caso da Irlanda, menciona algo que parece indispensável para compreender, não apenas a faceta filológica do Max Müller tradutor/editor, mas também suas incursões na historiografia: a colonização do passado que, no caso da Índia, não se deu apenas com a tradução redutora, mas principalmente com a construção de uma narrativa histórica baseada nas próprias seleções da documentação feitas pelos filólogos e não na documentação em si. Tal narrativa foi motivada por uma orientação filosófica, religiosa e política que, ainda que ora turbulenta e ramificada, seguiu homoganeamente na direção da reificação de uma ideia majoritariamente hegeliana de Índia²². Por ora, sobre a relação da lógica colonial com os processos de tradução, é indispensável ler um autor como

²¹ “Philological translations are essentially paraphrases in another language and, as such, they assault a literary text in the same manner that an intralingual paraphrases does. The reduction of literary language to non-literary language is particularly problematic if such a translation comes to serve as a stand-in for the literary work itself and to function as a surrogate esthetic object. Because the course text is not accessible to the receptor audience, in such a case a translation whose linguistic basis is non-literary language comes to represent a literary text. Thus, in philological translations the literature of the other cultures is reduced to non-literary and segments of the world literature come to be represented by non-literature. The potential for constructing a posture of esthetic imperialism — and, by extension, cultural imperialism — is clear for both translators and receiving audiences. It is no accident that philology as a discipline was dominated in Europe during the century that saw the coalescence of European colonial imperialism: such imperialism was extended in time as well as in space in part through the colonization of the past by philology, by means of the practice of reductive translation that I am describing.”

²² Esta percepção, contudo, requer uma análise extensa e detalhada que não cabe no espaço deste artigo e será desenvolvida e melhor apresentada na tese de doutorado resultante da presente pesquisa, ainda em andamento. A previsão para sua defesa é o mês de março de 2025.

Max Müller, desde o início de sua carreira, como um europeu atuando para produzir representações da realidade através de um processo de seleção de textos-fonte sânscritos e consequente elaboração de textos-alvo alemães e ingleses, cujo plano de fundo é um imaginário e um campo semântico majoritariamente germânico, consideradas as conclusões de Tymoczko e Hannoun. Dito de outro modo: Müller foi, desde o início e entre outras coisas, um produtor de literatura europeia oitocentista capaz de agregar uma base conceitual de aspectos culturais indianos ruminados no processo de seleção-edição-tradução. No fim, a despeito de seu desejo manifesto de preservar o sentido do texto em detrimento da forma, atrelado à dinâmica colonial, Max Müller parece ter manipulado a documentação sânscrita à qual teve acesso no sentido de apresentar algo que fizesse sentido dentro de suas limitações epistêmicas, todas elas conectadas à noção de uma superioridade europeia/cristã. Na realidade, parte da sabedoria indiana à qual afirmava se curvar surge como uma produção dele mesmo em suas edições e traduções impondo sentidos visíveis a, e mesmo demandadas por, um europeu do século XIX. E não afirmamos com isso que não há sabedoria na literatura indiana, mas, ao contrário, que autores como Max Müller viram a sabedoria que se coaduna com o devido lugar da cultura-fonte na História Universal que não é nada mais que a história da cultura-alvo.

Há um exemplo curioso dessa condição colonizadora que, para além de qualquer outro questionamento, nos ajuda a construir a personagem do Max Müller filólogo acadêmico, considerando o leque de ações de que dispunha e as ações efetivamente perpetradas. Este exemplo é a dicotomia, identificada e explorada por Rimi Chatterjee, entre Max Müller e Max Arthur Macauliffe (CHATTERJEE, 2006, p. 260-261). Para a autora, é gritante a distinção: Müller, que traduziu textos indianos e escreveu sobre a Índia a vida toda, limitado ao sânscrito, jamais pôs os pés em solo indiano, enquanto Macauliffe, responsável pela tradução dos textos sagrados dos sikhs, não apenas viajou para a Índia muitas vezes, mas aprendeu dos mestres sikhs e submeteu sua tradução ao escrutínio de tais mestres. É relevante informar que Macauliffe era quinze anos mais jovem que Max Müller e que sua tradução só foi publicada em uma edição em seis volumes em 1909. Isto pode gerar confusão e fazer supor erroneamente que haja um problema geracional

envolvido que assegurasse a distinção de abordagens quanto aos textos da cultura. Isto, porém, é mera impressão equivocada. A tradução foi elaborada ao longo de vários anos e a diferença entre os dois tradutores parece se justificar melhor por uma diferença de postura frente à cultura indiana, bem como frente à própria cultura intelectual e acadêmica da Europa.

É notável que um homem tão dedicado à cultura literária e filosófica da Índia, com uma vida tão longa e após reunir as condições financeiras para tal, jamais tenha ido àquele país. Limitou-se a interpretar os textos que considerava mais importantes, se colocando mesmo na posição de “julgar” e “perdoar” suas falhas e “estupidez vulgar”, como demonstrado acima. O filólogo, tradutor e editor Friedrich Max Müller era, acima de tudo, um homem dos gabinetes e bibliotecas; e um crítico. E ainda que as reflexões sobre a tradução estivessem, já no século XIX, preocupadas com os cruzamentos culturais em alguma medida, Müller esteve mais preocupado com o impacto que tais edições e traduções poderiam gerar em seu campo específico de estudos. Com efeito, a análise de sua função tradutória não pode ser desprendida do contexto colonial e da dominação epistêmica sobre um *corpus* documental estrangeiro proveniente de uma cultura submetida ao jugo imperial.

Referências

- ANDRÉ, James St. Modern Translation Theory and Past Translation Practice: European Translators of the Haoquin Zhuan. In: CHAN, Leo (ed.). **One Into Many: Translation and the Dissemination of Classical Chinese Literature**. Amsterdam: Rodopi, 2003, p. 39-65.
- ASLANOV, Cyril. **A tradução como manipulação**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BILLIANI, Francesca. Renewing a Literary Culture Through Translation: Poetry in Post-War Italy. In: MUNDAY, Jeremy (ed.). **Translation as Intervention**. London: Continuum, 2007, p. 138-160.
- BROWER, Reuben. **Mirror on Mirror: Translation, Imitation, Parody**. Cambridge: Harvard University Press, 1974.
- CHATTERJEE, Rimi B. **Empires of the Mind: A History of the Oxford University Press in India under the Raj**. New Delhi: Oxford University Press,

2006.

CHELLAPAN, Kasiviswanathan. Translation as Intersemiotic and Intersubjective Process: A Synthesis of Indian and Western Concepts. In: HYUN, Theresa; LAMBERT, José (eds.). **Translation and Modernization**. Proceedings of the XIIth Congress of the International Comparative Literature Association. Tokyo, 1995, p. 90-97.

FORSTER, Michael N. **German Philosophy of Language: From Schlegel to Hegel and Beyond**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

HANNOUN, Abdelmajid. Translation and the Colonial Imaginary: Ibn Khaldûn Orientalist. **History and Theory**, v. 42, n. 1, 2003, p. 61-81.

KATAN, David. Translation as Intercultural Communication. In: MUNDAY, Jeremy (ed.). **The Routledge Companion to Translation Studies**. London: Routledge, 2009, p. 74-92.

KOTHARI, Rita. The translation of Dalit literature into English. In: MUNDAY, Jeremy (ed.). **Translation as Intervention**. London: Continuum, 2007, p. 38-53.

LAMBERT, José. Literatures, Translations and (De)Colonization. In: HYUN, Theresa; LAMBERT, José (eds.). **Translation and Modernization**. Proceedings of the XIIth Congress of the International Comparative Literature Association. Tokyo, 1995, p. 98-117.

LINDER, Birgit. Miss Cui Takes a Hermeneutic Turn: “Yingying Zhuan” and its Various Translations and Retranslations. In: CHAN, Leo (ed.). **One Into Many: Translation and the Dissemination of Classical Chinese Literature**. Amsterdam: Rodopi, 2003a, p. 149-178.

LINDER, Birgit. China in German Translation: Literary Perceptions, Canonical Texts, and the History of German Sinology. In: CHAN, Leo (ed.). **One Into Many: Translation and the Dissemination of Classical Chinese Literature**. Amsterdam: Rodopi, 2003b, p. 243-283.

LOUTH, Charlie. **Hölderlin and the Dynamics of Translation**. Oxford: Legenda, 1998.

MOSSOP, Briam. The translator’s Intervention Through Voice Selection. In: MUNDAY, Jeremy (ed.). **Translation as Intervention**. London: Continuum, 2007, p. 18-37.

MÜLLER, Friedrich Max (ed.). **Hitopadesa: eine alte indische**

fabelsammlung. Leipzig: Friedrich Arnold Brockhaus, 1844.

MÜLLER, Friedrich Max. **Rig-Veda-Sanhita, The Sacred Hymns of the Brahmans; Together with the Commentary of Sayanacharya**. Edited by Dr. Max Müller. Vol. 1. London: W.H.Allen & Co., 1849.

MÜLLER, Friedrich Max. **Rig-Veda-Sanhita, The Sacred Hymns of the Brahmans; Translated and Explained by F. Max Müller**. Vol. 1: Hymns to the Maruts or the Storm-Gods. London: Trübner & Co., 1869.

MÜLLER, Friedrich Max. **The Sacred Books of The East: Vol. 1, The Upanishads, Part 1**. Oxford: Clarendon Press, 1879.

MÜLLER, Friedrich Max. **The Sacred Books of The East: Vol. 8, The Bhagavadgîtâ with The Sanatsugâtîya and the Anugîtâ**. Oxford: Clarendon Press, 1882.

MÜLLER, Friedrich Max. Translator's Preface. In: KANT, Immanuel. **Critique of Pure Reason**. First Part. London: Macmillan & Co, 1881, p. i-lxii.

MÜLLER, Friedrich Max; MÜLLER, William Grenfell Max (ed.). **My Autobiography**. New York: Charles Scribner's Sons, 1901.

NEWMARK, Peter. The Linguistic and Communicative Stages in Translation Theory. In: MUNDAY, Jeremy (ed.). **The Routledge Companion to Translation Studies**. London: Routledge, 2009, p. 20-35.

OH, Young Kyun. The Translation of Chinese Philosophical Literature in Korea: The Next Generation. In: CHAN, Leo (ed.). **One Into Many: Translation and the Dissemination of Classical Chinese Literature**. Amsterdam: Rodopi, 2003, p. 177-200.

PINCHUCK, Isidore. **Scientific and Technical Translation**. London: Andre Deutsch, 1977.

PYN, Anthony. **Translation and Text Transfer: An Essay on the Principles of Intercultural Communication**. Frankfurt: Peter Lang, 1992.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1978].

SINGH, Gurbhagat. Translation in the Colonized East as a Dis-identificatory Discourse. In: HYUN, Theresa; LAMBERT, José (eds.). **Translation and Modernization**. Proceedings of the XIIth Congress of the International Comparative Literature Association. Tokyo, 1995, p. 82-89.

TYMOCZKO, Maria. **Translation in a Postcolonial Context: Early Irish Literature in English Translation**. Manchester: St. Jerome, 1999.

Resumo

Estudar um autor como Friedrich Max Müller requer muitos cuidados. Em parte, pela expressividade de sua atuação na constituição do colonialismo britânico sobre a Índia, durante a segunda metade do século XIX. Em parte, por sua produção intelectual dividida em diferentes campos do conhecimento. Mas uma faceta fundamental que constituiu a persona de Max Müller durante sua carreira foi a de editor e tradutor de textos sânscritos antigos. Neste artigo, pretendemos investigar os caminhos através dos quais podemos situar o Müller tradutor no contexto do colonialismo.

Palavras-chave

Max Müller; Colonialismo; Estudos de Tradução; Literatura Indiana Antiga

Abstract

To study such an author like Friedrich Max Müller requires many precautions, partly because of the largeness of his agency in the constitution of British Colonialism over India, during the second half of the XIXth century. Partly because of his intellectual production divided into different fields. But a fundamental part that constituted Max Müller's persona during his career was that of editor and translator of ancient Sanskrit texts. In this paper we shall investigate the ways through which we can situate the translator Müller in the context of colonialism.

Keywords

Max Müller; Colonialism; Translation Studies; Ancient Indian Literature